

## ESCOLA INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO NO AMBIENTE EDUCACIONAL DA ESCOLA PÚBLICA

Marcela Guilherme de Medeiros<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal da Paraíba/ e-mail: [marcelamedeiros6@gmail.com](mailto:marcelamedeiros6@gmail.com)

### RESUMO

Este trabalho apresenta conceitos e reflexões acerca da Educação Inclusiva no processo educativo de alunos com necessidades específicas educacionais no âmbito educacional da Escola Pública. Utilizamos uma pesquisa exploratória e bibliográfica. A escolha do tema “Escola Inclusiva: Reflexões sobre a Inclusão no Ambiente Educacional da Escola Pública” deu-se a partir das vivências e práticas pedagógicas com alunos de necessidades específicas educacionais. Nessa perspectiva defendemos uma educação que respeite as diferenças, promovendo uma compreensão sobre uma escola inclusiva como ambiente educativo de todos. Isto requer uma busca por uma educação que valorize as diferenças, que adapte as pessoas com necessidades específicas educacionais aos modelos educacionais preestabelecidos, reconhecendo-se a importância de adaptar os ambientes, os meios, os programas e as condições de vida às suas necessidades, para que sejam capazes de usufruir os direitos comuns às demais pessoas. Destacamos os estudos de vários autores que discutem a temática, tais como: A Declaração de Salamanca (1994), Constituição Federal (1988), Resolução Nº 4, de outubro de 2009, bem como revistas, livros, sites e artigos que discutem a temática.

**Palavras chave:** Escola, Alunos, Educação Inclusiva, Escola Pública.

### 1 INTRODUÇÃO

Muito se ouve falar de educação especial na perspectiva inclusiva, mas para que possamos entendê-la, é necessário que conheçamos do que se trata. Para isso o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, diz que:

A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007).

Partindo desse pressuposto sobre o que a é educação inclusiva, compreendemos que o seu conceito é amplo e tema de várias discussões. Vale ressaltar que este termo vem crescendo e ganhando espaço em nossa sociedade contemporânea. Esta educação busca compreender e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, promovendo o desenvolvimento de todos.

De fato, sabemos que a Constituição Federal (1998), afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se entre outros, o direito à vida. Que cada um busque a plenitude do seu existir,

(83) 3322.3222

[contato@cintedi.com.br](mailto:contato@cintedi.com.br)

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

participando ativamente na construção da sua vida pessoal, tendo uma existência digna, feliz e de qualidade. Infelizmente percebemos que muitas escolas públicas oferecem uma educação excludente e seus professores por falta de formação inicial e continuada acabam sendo reprodutores de práticas preconceituosas. Contrariando o que afirma a Constituição Federal.

Lidar com alunos deficientes é um desafio tanto para o professor quanto para a comunidade escolar, pois requer tanto conhecimento teórico quanto prático. A escola caminha a passos lentos, está adquirindo aos poucos experiências e conhecimentos tanto teóricos quanto metodológica com alunos especiais. Para muitos professores a educação inclusiva caiu de “paraquedas”, pois, antes que essa educação fosse implantada nas escolas, os alunos com necessidades educativas especiais frequentavam uma escola ou salas específicas em escolas públicas para trabalhar com as deficiências de cada um deles, já com a implantação de Leis e Decretos que garantem o acesso e permanência destes alunos fica vetado à escola recusá-los.

Mas, incluir não significa apenas matricular ou frequentar a escola. Considerando que:

A inclusão escolar não se resume na mera inserção física desses alunos na escola ou na garantia da sua matrícula numa turma regular, pela força da lei. A escola precisa ser um espaço de efetiva convivência e um ambiente onde eles aprendam os conhecimentos valorizados pela sociedade para as pessoas de sua faixa etária, onde avancem na aprendizagem, sendo ensinados de acordo com suas condições específicas de aprendizagem e de desenvolvimento (MARTINS, p. 13, 2008).

Entretanto, isso é um panorama da atual realidade das escolas públicas brasileiras. As escolas ainda continuam pondo em prática antigas ações pedagógicas, prédios sem adaptações e professores sem formação específica para trabalhar com esses alunos, deixando assim de ocorrer uma educação de qualidade para todos pautada nos princípios legais.

Contudo, são diversos os fatores que dificultam o trabalho com a política da educação inclusiva na escola pública. Um deles é a quantidade de alunos por turma, isso impossibilita o trabalho dos professores com alunos com necessidades educacionais especiais em dar maior atenção e suporte a estas crianças, passando assim a política de inclusão ser algo de submissão, imposição e obrigação.

É notório encontrarmos professores desprovidos de qualificação específica, de suporte técnico e institucional das Secretarias de Educação e de materiais adequados. A escola pública possui ainda um sistema de ensino extremamente mecanicista, partindo desde o currículo à falta de preparo dos docentes. Assim, a proposta de inclusão torna-se mesmo uma exclusão, mas os professores são conhecedores de que ela de fato deve acontecer e terão que enfrentar esse desafio diante das exigências da Lei de Diretrizes da Educação Básica (LDB) e das políticas públicas inclusivas.

Outra dificuldade é a falta de envolvimento da comunidade escolar, principalmente a falta de apoio dos pais. Muitos professores se veem de mãos atadas, buscam desenvolver um trabalho propício com estes alunos na escola, utilizando estratégias de ensino que facilitem a aprendizagem dos alunos com deficiência, mas em casa os pais não dão continuidade, muitas vezes por alguns pais não aceitarem a deficiência que seu filho tem, e por vezes não ser orientados pelos professores e pelos profissionais da saúde como desenvolver o trabalho com seus filhos em casa, dificultando assim o trabalho de evolução da aprendizagem das crianças.

Outra concepção é o despreparo das escolas públicas na questão da interação de alunos com e sem deficiência. Enquanto a isso Sampaio vem dizer que:

Embora o sistema de ensino continue a privilegiar o acesso ao conhecimento como principal meta da escola, é fundamental que a educação seja concebida como um todo e que as potencialidades da criança não sejam negligenciadas (SAMPAIO, 2009, p.89).

As Instituições Escolares na construção do Projeto Pedagógico (PP) devem contemplar o eixo a respeito da inclusão nas salas regulares, valorizando às diversidades, diferenças, direitos e deveres, bem como o estímulo às interações, assim as crianças aprendem a desconstruir conceitos, apelidos pejorativos, desrespeito, e passam a aceitar e auxiliar o trabalho do professor em sala, sendo um ponto positivo para a proposta da educação inclusiva, buscando respeitar, ajudar, colaborar nas diferenças e nos direitos dos demais, tornando evidente o verdadeiro papel ético de uma escola de fato inclusiva.

A escola ainda tem uma visão muito estreita e redundante no que tange a aprendizagem de alunos deficientes. Caminhando nessa perspectiva, “a proposta da educação inclusiva é um caminho, portanto, para desfazer alguns equívocos promovidos pelas práticas do dia-dia, escolar” (SAMPAIO, 2009, p.90).

Muitos são os tabus criados pela escola no que se diz respeito ao que ensinar para alunos com alguma deficiência, cabendo a ela não ser somente um espaço privilegiado de aquisição e construção de conhecimentos, mas também ser um lugar que prepare para o exercício da socialização, autonomia e a cidadania de seus alunos.

Em suma, é papel da escola e do professor independente do diagnóstico médico adotar posturas e práticas pedagógicas inclusivas, abolindo posturas “rotuladoras” para que de fato as crianças saiam da zona de “inserção” para a zona da inclusão, encontrando na escola seu alicerce.

## 2 METODOLOGIA

O estudo em questão trata-se de um levantamento bibliográfico. O levantamento bibliográfico é feito a partir de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para viabilizar as informações usamos também a pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. (CÓRDOVA, 2009, p. 35)

Deste modo, utilizamos documentos, leis, decretos cujos possuem um ávido respaldo sobre o contexto abordado. Baseando-se nessas obras trataremos sobre: (i) Documentos que norteiam a Educação Inclusiva no Brasil, (ii) A Escola Inclusiva como ambiente inclusivo de todos, (iii) estes subsidiaram a discussão no decorrer do trabalho ao qual escolhemos discutir e que colaboram, enquanto educadores, em nossa prática pedagógica, nos ampliando a visão da importância acerca da Educação Inclusiva.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 3.1 Documentos que norteiam a Educação Inclusiva no Brasil

Os discursos acerca da educação inclusiva vêm crescendo no Brasil e com eles surgem várias políticas públicas, Leis e Decretos voltados para o atendimento educacional especializado (AEE). Para pensar a educação inclusiva com sua diversidade é necessário retomar os marcos históricos e normativos, a fim de, compreendermos como ao longo dos anos ela foi sendo instituída nas escolas. Ante isso é preciso analisar qual o tipo de educação está sendo ofertada nas escolas para as crianças com necessidades específicas educacionais.

No Brasil, a educação especial está regida por leis e decretos oficiais que garantem as crianças com necessidades específicas educacionais o direito de aprender como os demais alunos. O atendimento as pessoas com necessidades especificas educacionais surge no Brasil ainda no Império, por volta dos anos de 1854. No

Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant \_ IBC, e o Instituto dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro (BRASIL, 2010, p.10).

Por volta do ano de 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, sendo este responsável pelo atendimento às pessoas com deficiência mental. Já no ano de 1945, é fundado para as pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, o primeiro atendimento educacional especializado, por Helena Antipoff, psicóloga e pedagoga, sendo ela a pioneira na introdução da educação especial no Brasil. Em 1954, surge no Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, na busca de orientar pais de Pessoas com necessidades Especiais e outras pessoas interessadas em apoiá-los.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN, no ano de 1961 passa também a garantir o atendimento educacional especializado – AEE, pela Lei nº 4.024/61, que aponta no capítulo III, no título X, artigos 88 e 89 sobre o direito a educação aos “excepcionais”, dentro do sistema geral de ensino e bem como apoio financeiro a toda iniciativa a educação de excepcionais. Mais tarde esta Lei foi alterada pela Lei nº 5.692/71, e no artigo 9º, assegura “tratamento especial” aos “Alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, de Nesse mesmo ano de 1994, é publicada a Política de Educação Especial, com o propósito de nortear o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso as classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19).

Em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegura: que os sistemas de ensino devem promover os direitos dos alunos através de “[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades [...]” (LDB nº 9394/1996, Art. 59).

Três anos mais tarde, em 1999 surgem a Convenção da Guatemala e o Decreto nº 3.298. A Convenção da Guatemala dispõe sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. O Decreto nº 3.298, regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao tratar sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definindo como modalidade transversal a todos os níveis e modalidade de ensino a educação especial.

Muitos são os documentos, legislações e decretos que embasam a Política de Educação no Brasil, que discorrem a respeito da Educação Inclusiva de Portadores de Necessidades Especiais. Ao decorrer dos anos se constituíram vários documentos, citaremos mais alguns: Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001); Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001; Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decretos nº 3.956/2001; Resolução CNE/CP nº 1/2002; Lei nº 10.436/02 (2002); Portaria nº 2.678/02 (2003); Cartilha – O Acesso de Alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (2004); Decreto nº 5.296/04 (2004); Decreto nº 5.626/05 (2005); Educação inclusiva: Direito à diversidade (2005); Educar na diversidade: material de formação docente (2006); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007); Decreto nº 6.094/07 (2007); Atendimento Educacional Especializado – Aspectos legais e Orientações pedagógicas (2007); Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Decreto nº 6.571 (2008); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009); Decreto nº 6.949 (2009); Resolução No 4 CNE/CEB (2009); Plano Nacional de Educação (PNE) (2011); Lei nº 12.764 (2012), bem como outros que trazem esclarecimentos sobre do direito a educação especial numa perspectiva inclusiva, orientações para escolas no processo de inclusão e também para a formação dos docentes. Dados apontam o crescimento de matrículas de estudantes da educação especial nas classes regulares de ensino. No decorrer de cinco anos, de 2007 a 2012, como mostra o gráfico abaixo, o número de alunos com necessidades específicas educacionais, matriculados nas salas regulares das escolas públicas no Brasil tem crescido. Contudo, esse crescimento ainda é lento. Muitos são os estudantes que ainda não frequentam as salas regulares por achar que o que é visto na escola não corresponde com a realidade deles, e por outro lado, há aqueles que frequentam apenas as salas multifuncionais por compreender que nesse espaço convivem de igual para igual e veem que não são únicos.

### **3.2 A escola inclusiva como ambiente educativo de todos**

A educação nos últimos anos tem sido um dos temas mais debatidos na busca em ofertar um ensino de qualidade voltada para atender a todos os segmentos da sociedade sem qualquer distinção. O Brasil vem buscando implantar, a educação para todos, assegurando os alunos com Necessidades Específicas Educacionais a frequentar escolas comuns como qualquer outro discente. Mas o que vemos é um

cenário de exclusão tanto social quanto educacional. Mesmo com políticas públicas no âmbito educacional que tem sido pensadas e inseridas garantindo o acesso ao aluno com Necessidades Específicas Educacionais - NEE nas salas regulares de ensino, muitos desses alunos ainda são alvos da exclusão dentro da sala de aula, sendo esquecidos em um lugar qualquer da sala de aula. Visto que:

Ainda existe, porém da parte de muitas pessoas, e – infelizmente – de muitos educadores, uma ideia equivocada de que a escola regular é construída para um grupo idealizado de alunos que consegue aprender sem dificuldades (MARTINS, 2008 op. cit., p. 12).

Nesta sociedade complexa em que vivemos, torna-se imprescindível que docentes e gestores educacionais ponderem as diferentes formas de relações sociais, advindas pelos vários contextos sociais, na tentativa de estabelecer uma relação horizontal e dialógica, em peculiar entre família e escola. Para que a escola se torne literalmente inclusiva, tem que haver não só professores gabaritados, formados, é necessário que esta escola disponha tanto de recursos pedagógicos específicos para atender as múltiplas diversidades, quanto dispor de uma estrutura física adequada, colaborando no desenvolvimento das potencialidades dos alunos, buscando de fato acolher discentes que são excluídos do ensino regular.

Sabe-se que é na escola que os alunos enfrentam os primeiros desafios e também é nela que saboreiam e compartilham diversas experiências e saberes. Porém se observarmos a maneira como as escolas estão organizadas veremos que são negligentes, ou seja, algumas delas ainda não fizeram alterações em seus currículos, em suas estruturas físicas, na maneira de atuar pedagogicamente e também não tem considerado as diferenças entre os alunos, deste modo, jamais ocorrerá uma educação de qualidade para todos.

Se a escola nega ao aluno com necessidades educacionais específicas de frequentar este espaço está tirando deles os direitos estabelecidos e assegurados por lei para esses alunos, que garantem não só o acesso, mas, a permanência dos mesmos nas salas regulares comuns, se tornando ela (a escola) negligente. Se é importante falar de inclusão é porque a escola tem sido omissa e negligente excluindo muitos alunos onde eles permanecem na escola inseridos, mas não incluídos.

Incluir alunos com necessidades específicas educacionais não é tarefa tão fácil. É preciso que a escola esteja aberta ao diálogo, sendo o principal elemento nas relações de aprendizagem, promova uma reestruturação em seu currículo, mude suas práticas educacionais e oriente as atitudes de toda a comunidade escolar que dela faz parte: corpo docente, discente, dirigentes, pais e demais funcionários.

Nesse sentido, não basta apenas garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades específicas educacionais na escola, mas sim oferecer condições de aprendizagem e discutir o papel que vem desempenhando na sociedade, pois segundo Vianna e Silva (2014, p. 8), “[...] ainda há resistências no interior das escolas, que não sabem como lidar com ela”, referindo-se a educação na perspectiva inclusiva”. Ainda há muito a ser feito e ser apreendido sobre a Educação Especial, pois ela não pode ser reduzida apenas ao respeito e tolerância, mas sim ao modo de compreensão, entendimento e ajuda na formação humana e intelectual da criança, respeitando os limites pensando e planejando ações que contemplem o que de fato é função da escola. Considerando que:

O desafio é pensar a diferença como parte ativa da identidade das pessoas que por ela ou através dela não se tornem nem melhores e nem piores, nem superiores e nem inferiores, elas se tornem “apenas” o que são, e nós convivemos com elas como nós somos e como elas são. Este é o sentido afirmativo de conviver (VIANNA E SILVA, 2014, p. 9).

Com o papel de democratizar o ensino, a escola tem se tornado mais flexível no que diz respeito ao acolhimento e atendimento de crianças com necessidades específicas educacionais, mas ainda encontra muitas dificuldades tanto na oferta de um ensino que priorize e contemple as especificidades dessas crianças, quanto na formação do docente que venha deixar de lado o efeito de suas ações excludentes.

Entretanto, ainda é desafiador para a escola tornar-se um ambiente educativo de todos. Ela deve ser um ambiente que atenda aos anseios e necessidades dos alunos com necessidades específicas educacionais, levando-os a acreditar em si e em suas potencialidades. Deve adotar em seu currículo práticas educativas inclusivas em parceria com toda a comunidade escolar e principalmente estabelecendo vínculos com a família para que esta também se sinta parte do processo. Com isto, “Devemos pensar, inventar e promover um currículo no qual a diferença seja considerada um ponto de partida para a elaboração de propostas pedagógicas que contemplem as necessidades dos alunos que temos”. (VIANNA; SILVA, 2014, p. 12). Para que este currículo atenda às necessidades dos alunos com necessidades educacionais específicas é necessário o apoio dos professores que tenham formação específica no Atendimento Educacional Especializado – AEE, assim estes irão sugerir e trabalhar em parceria com o professor da sala regular buscando desenvolver ações no interior da escola envolvendo todos os profissionais, alunos e comunidade escolar; adaptando as práticas existentes e modificando a cultura da escola. *Os professores que atuam no AEE devem ter uma formação inicial com habilitação para docência e uma formação*



*específica para a Educação Especial.* (BRASIL, 2009).

Ultimamente temos contado nas escolas públicas com as salas de recursos multifuncionais, os alunos que nelas frequentam devem estar obrigatoriamente matriculados e frequentando as salas de ensino regular e recebendo uma complementação escolar no horário oposto nas salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Por se tratar de um atendimento educacional especializado e ser estimulante e prazeroso estar com colegas na mesma situação para as crianças com deficiência isso é bom, mas eles precisam se socializar, enxergar as diversidades e habilidades de cada um. Por isso se faz necessário o papel da escola inclusiva. Os alunos com necessidades específicas educacionais vão ingressar no mercado de trabalho, namorar, ter filhos, amigos, enfim, ter uma vida social ativa comum e isso não vai ocorrer dentro das salas multifuncionais. Deste modo,

As situações de isolamento em classes e instituições especializadas provocam o enfraquecimento da sua convivência com outras pessoas, que não sejam os familiares, os profissionais lá atuantes, ou os colegas com déficits semelhantes, reduzindo também as suas possibilidades de avançar na construção das estruturas cognitivas e linguísticas (MARTINS, 2008, p.12).

Contudo, para que a escola torne-se inclusiva como um ambiente educativo de todos, é imprescindível, que ela conheça seus discentes, para que suas ações e práticas inclusivas sejam direcionadas para eles, baseadas nos princípios legais que asseguram a Educação Especial, buscando envolver nesse processo toda a escola, como afirma a professora Andréa Ruffo da CEMEI Deputado João Hermann Neto, em Campinas, SP:

Conhecer bem a criança é o primeiro passo. Outra ação igualmente importante é envolver os demais professores e funcionários da escola, além dos colegas de classe, em ações que a ajudem a se organizar. Com atenção de todos, é mais fácil incluí-la na rotina (NOVA ESCOLA, 2011, p.53).

Em suma, a escola necessita de professores capacitados, criativos e habilidosos que busquem trabalhar por meio de técnicas inclusivas as diferenças em sala. Eles tem um papel fundamental na construção de uma escola que responda as expectativas e a diversidade das crianças, buscando atender a heterogeneidade de forma inclusiva e não exclusiva. Essa tarefa se tornar a escola como um ambiente de todos não se reduz apenas aos professores, mas é responsabilidade de todos que compõe o ambiente escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao tecermos nossas considerações a partir das análises empreendidas, diante dos estudos sobre o referido tema, a realização da pesquisa

e análises relativas à temática, percebemos avanços na busca pela inserção social dos alunos com necessidades específicas educacionais, na preocupação por uma aprendizagem significativa, na inquietação pela adaptação arquitetônica, na disponibilidade de recursos didáticos e pedagógicos, por meio também de um trabalho inclusivo e articulado da sala regular com a sala de recurso multifuncional, acreditando que as crianças não podem ser privadas das vivências comuns nem das vivências de aprendizagens compatíveis com suas condições, proporcionando assim uma convivência saudável para todos.

Em suma, desejamos que nosso trabalho venha contribuir para a inserção da educação inclusiva nos espaços escolares, para que esta educação se torne mais acessível às pessoas com necessidades específicas educacionais, que a escola busque práticas pedagógicas inclusivas mais humanas e igualitárias, sensibilize a família sobre a importância da parceria com a escola no processo educacional de seus filhos, tendo em vista esta parceria que tanto é significativa para a vida pessoal e escolar das crianças quanto para o trabalho da escola e que os professores compreendam a necessidade de buscar sempre qualificar-se, visando acompanhar os avanços e necessidades das crianças com necessidades específicas educacionais, desempenhando um papel de professor promissor com a prática pedagógica, pois a simples introdução desse tema e reformulação do currículo escolar não é suficiente.

Este trabalho revelou também a necessidade de mais discussões e difusão tanto com os professores, com os pais e com a comunidade escolar, haja vista que a educação inclusiva seja de fato uma educação que valorize as diferenças, que adapte as pessoas com necessidades específicas educacionais aos modelos educacionais preestabelecidos, reconhecendo-se a importância de adaptar os ambientes, os meios, os programas e as condições de vida às suas necessidades, para que sejam capazes de usufruir os direitos comuns às demais pessoas.

Espera-se que este estudo contribua como orientação, reflexão e subsídios no que se refere ao processo de inclusão de alunos com necessidades específicas educacionais, para que a escola forme sujeitos comprometidos, críticos, atuantes, enfim, seres que compreendam a diversidade.

Por fim, acreditamos que a gestão escolar, os professores, a família e toda a comunidade escolar, juntas, em parceria, a cada dia tornam possíveis a realidade de uma proposta de uma escola inclusiva que respeita, orienta e acolhe crianças com necessidades específicas educacionais, sendo a escola desafiada diariamente a mudar, a atuar de forma adequada e produtiva, dando suporte de melhor qualidade para todos de forma humana e igualitária,

desenvolvendo ações mais flexíveis. Essas ações devem demonstrar as várias possibilidades de desenvolvimento para o avanço no ensino-aprendizagem, tornando a escola um espaço democrático e inclusivo.

## REFERÊNCIAS

**APAE.** Disponível em: <<http://carlosbarbosa.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=11564>>. Acesso em: agosto de 2014.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, SEB, 2014. 96 p.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: 2010. 72 p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE:** Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

**Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em julho de 2014

**Inclusão para todos.** Disponível em: <<http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/37/inclusao-para-todos-308482-1.asp>>. Acesso em: julho de 2014.

**Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em: julho de 2014.

**Resolução Nº 4, DE 2 de OUTUBRO DE 2009.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: julho de 2014.